

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.922 - RS (2019/0301254-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : L V DE M (PRESO)**  
**ADVOGADO : PRISCILA ESCOSTEGUY KUPLICH - RS071979**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por L V DE M em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*HABEAS CORPUS*. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUTO HOMOLOGADO. POSTERIOR DECRETAÇÃO DE PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática do crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Neste recurso, a defesa sustenta, além de primariedade, a inidoneidade do decreto prisional, ante a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela revogação da prisão preventiva.

Na origem, ação penal n. 2.19.0006812-2, foi juntada a resposta à acusação, estando os autos com vista ao Ministério Público desde 7/10/2019, consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 7/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A prisão preventiva foi decretada com esteio nos seguintes fundamentos:

Trata-se de expediente de flagrante delito em que consta como conduzido Lucas Vasconcellos de Menezes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Presente o estado de flagrância previsto no art. 302, do CPP do Código de Processo Penal, atinente ao delito de Posse ilegal de arma de fogo de uso restrito. No caso, **os policiais militares deslocaram-se para atender a um chamado que informou que um indivíduo conhecido como “Gordinho” estaria dando rajadas de submetralhadora próximo ao local Xis do Barriga.** Ao chegar no local, avistaram três indivíduos, os quais foram abordados e o dono da residência, **ora flagrado, confirmou que havia disparado para testar uma das armas.** O conduzido mostrou aos policiais onde estavam as armas, embaixo da sua cama, tendo sido dada voz de prisão e conduzido para a Delegacia.

Na delegacia, o acusado relatou que é armeiro e que estava arrumando duas das armas apreendidas, e que foi testar para ver como estava.

**Confessou que efetuou disparos de rajada para testar as armas e que o revólver e a pistola são seus, pois é colecionador, e a submetralhadora Uzi e a submetralhadora artesanal estava arrumando para terceiros, os quais não quis identificar.** Referiu que os outros dois indivíduos que estavam no local não tem participação na sua ação, e são apenas seus cunhados.

Os dois indivíduos que estavam no local mencionaram que foram até a casa do flagrado para buscar cadeiras e que não tinham conhecimento de que Lucas possuía armas em casa ou que seria armeiro.

Tendo, assim, sido cumpridas as formalidades legais e constitucionais concernentes à sua lavratura, HOMOLOGO o presente auto de prisão em flagrante.

Comunique-se à D.P. de origem e à Administração do Presídio.

Na esteira do art. 310 do CPP, com a nova redação dada pela Lei nº 12.403/2011, c/c art. 313 do citado diploma legal, CONVERTO a prisão em flagrante em PREVENTIVA, uma vez presentes os requisitos constantes do art.

312 do CPP, a par de, no momento, se revelarem insuficientes e inadequadas as medidas cautelares diversas da prisão.

No caso, há prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria. Além disso, em que pese o acusado não ostente condenações criminais, trata-se de fato grave, **não se tratando de porte de arma irregular comum, mas sim de 4 armas, todas com numeração raspada, sendo duas delas submetralhadoras, e uma inclusive artesanal, de potencial ofensivo expressivo.**

Além disso, o acusado confirmou na delegacia que efetuou disparos de rajada para testar os armamentos, mesmo sabendo ser crime, sem, portanto, temor à punição decorrente da sua conduta. Outrossim, **o acusado referiu que as submetralhadores são de terceiros, os quais, como visto, não quis identificar.**

Assim, a segregação cautelar se faz necessária para garantia da ordem pública, bem como por conveniência da instrução e aplicação da lei, inclusive, para acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça.

Destaque-se que **não se trata de ocorrência corriqueira de flagrante de posse de arma, tendo sido, no caso, apreendidas duas submetralhadoras, com potencialidade lesiva evidente, cuja posse está**

# Superior Tribunal de Justiça

**comumente atrelada a organizações criminosas e/ou crimes de notória gravidade, acrescida a conduta de disparos de rajada.**

Como se vê, a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, diante da periculosidade social do recorrente que estava na posse de *4 armas, todas com numeração raspada, sendo duas delas submetralhadoras, e uma inclusive artesanal, de potencial ofensivo expressivo* e que *efetou disparos de rajada para testar as armas*, bem como confessou que *a submetralhadora Uzi e a submetralhadora artesanal estava arrumando para terceiros, os quais não quis identificar*.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da periculosidade do acusado, evidenciada na conduta violenta.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PORTE OU POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL. APREENSÃO DE VASTO ARSENAL BÉLICO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU REINCIDENTE ESPECÍFICO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. TRAMITAÇÃO REGULAR. APRESENTAÇÃO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

**3. Na espécie, verifica-se que a prisão cautelar foi decretada em razão da periculosidade social evidenciada (i) pela gravidade concreta do delito,**

# Superior Tribunal de Justiça

pois foi flagrado vasto arsenal bélico, sendo 01 (uma) espingarda puma 650, calibre .44, cabo de madeira; 01 (uma) pistola, marca Taurus, calibre .40, modelo 840; 01 (uma) metralhadora, marca Luger, modelo TEC-DC9, cal. 9MM; 05 (cinco) granadas; 19 (dezenove) munições, calibre .40, CBC; 03 (três) munições, calibre .44, CBC; 17 (dezesete) munições, calibre 9MM, CBC; e (ii) pelo efetivo risco de reiteração delitiva, porquanto é reincidente específico. Prisão mantida para garantia da ordem pública. Precedentes.

[...]

7. Habeas corpus não conhecido.

(HC 510.256/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 22/08/2019)

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO COM AMPARO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. Não há ausência de motivação na sentença, que deixou expresso que a negativa do benefício de recorrer em liberdade se deu em razão da garantia da ordem pública, pelo fato de que a recorrente já vinha sendo monitorada pela polícia e, em sua residência, **foi encontrada grande quantidade de drogas (6,5 kg de substância para desdobramento de cocaína e crack) e armamento pesado - fuzil, calibre 5.56, metralhadora e duas pistolas 9mm, além de vasta munição.**

3. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar sua necessidade, como na espécie.

4. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 80.497/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a senha processual, se houver, o andamento da respectiva ação penal e a atual situação prisional do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO  
Relator

